

Alfabetização Agroecológica Ambientalista e o Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP

Fernanda Correa de Moraes¹; Simone Portugal²; Maria Henriqueta Andrade Raymundo³; Luciana Ferreira da Silva⁴; Ingrid Bardini Francisco⁵; Rafael Falcão Silva⁶; Marcos Sorrentino⁷

Resumo

Apresentar as experiências em educação agroecológica realizadas pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP é trazer para diálogo e reflexão seu próprio fazer pesquisador, enquanto uma instância que se assenta na universidade pública. As ações de ensino, pesquisa e extensão se materializam por meio de diferentes atividades e grupos, dentre eles, o da Alfabetização Agroecológica Ambientalista. Este grupo vem desenvolvendo ações educadoras no Estado da Bahia, junto aos movimentos sociais do campo e outros atores, e tem como objetivo apoiar a implementação de políticas públicas de transição para sociedades sustentáveis, com reforma agrária agroecológica, florestas biodiversas, agricultura familiar, educação ambiental e do campo. A iniciativa localiza-se numa região de importância máxima quanto à biodiversidade, de múltiplas conformações das relações sociais e de conflitos agrários, especialmente com as áreas da monocultura de eucalipto.

Palavras-chaves: Processos educadores; educação ambiental; universidade pública; movimentos sociais; sociedades sustentáveis.

1. Introdução

A *Oca*⁸ é o Laboratório de Educação e Política Ambiental, que atua desde 1992 na Universidade de São Paulo, no Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), na cidade de Piracicaba, interior paulista. Sua equipe é composta por estudantes, servidores e profissionais de diversas áreas, como biologia,

¹ Eng. Agrônoma, mestranda no Programa de Ecologia Aplicada CENA ESALQ – USP.

² Professora, Educadora Ambiental e mestra em Educação pela UnB.

³ Educadora Ambiental, Bióloga, mestra em Recursos Florestais pela ESALQ/USP.

⁴ Pedagoga e mestra em Educação pela UNESP.

⁵ Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela ESALQ/USP.

⁶ Estudante de Gestão Ambiental ESALQ/USP.

⁷ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Florestais ESALQ/USP e Coordenador do Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca.

⁸ <https://ocaesalq.wordpress.com>

engenharia florestal, engenharia agrônômica, gestão ambiental e pedagogia, que atuam nos campos da educação popular, políticas públicas, ética animal, escolas sustentáveis, entre outros. Sua missão é:

(...) formar profissionais, pesquisadores (as), cidadãos e cidadãs, e pessoas ativas no educar-se ambientalmente e no delineamento, implantação e avaliação de políticas públicas que contribuam para o estabelecimento de sociedades sustentáveis e seres humanos e não humanos felizes (OCA, 2016, p.14).

Para que a missão da *Oca* seja alcançada, a equipe do Laboratório orienta-se por um conjunto de princípios e fundamentos em seu fazer pesquisador, profissional e cidadão, com o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, gestão e extensão fundamentadas em seu Projeto Político Pedagógico, procurando influenciar na produção de conhecimentos e na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas no campo da educação ambiental.

Para Chauí (2003) “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUI, 2003, p.5 apud FRANCISCO p. 20, 2015). Isto pode ajudar a entender o fato da ESALQ, sendo um *campus* da USP voltado historicamente para as ciências agrárias, ter apenas de forma marginal as ações da educação popular e agroecologia, quando comparadas com as ações de interesse da agricultura industrial ou do agronegócio, ainda que, em meio a uma sistêmica e relevante crise socioambiental, que torna cada vez mais necessário investimentos em arranjos produtivos (incluindo aqui a produção, distribuição, consumo e gestão) que garantam a continuidade e melhoria da vida de forma sustentável no planeta.

Em sua caminhada coletiva, muitos são os acúmulos que podem ser destacados, como o exercício continuado de análise de conjuntura compartilhada pelo Movimento Educador *Da Barbárie ao Bem Viver* e o amadurecimento das reflexões acerca dos conceitos sobre Diálogo, Identidade, Comunidade, Potência de Ação e Felicidade, definidos pela *Oca* como pilares para fundamentar processos educadores comprometidos com a sustentabilidade socioambiental. Ainda, destacam-se os aprendizados e construções coletivas junto aos movimentos sociais, governos, e participação em redes, conselhos, movimentos e fóruns da área de políticas públicas socioambientais.

Mas o que a *Oca* faz no contexto da Educação Agroecológica? Este artigo apresenta as experiências do Laboratório por meio das ações da Alfabetização Agroecológica Ambientalista (AAA).

2. História e objetivo da experiência

Desde o ano de 2013 a Oca tem intensificado seus estudos e diálogos na construção de uma proposta de alfabetização, aqui compreendida como um ato social que envolve um aparato muito maior que a decodificação dos símbolos gráficos. Trata-se de um processo histórico cultural, individual e coletivo, no qual a construção e produção de todo saber é parte deste processo infinito de leitura de mundo, para além da aquisição da leitura e escrita (SORRENTINO et al., 2015, p.181). Neste sentido, “o sujeito da alfabetização (...) ao contrário de ser objeto da ação do educador, é o próprio sujeito de sua transformação social” (PINTO, 1993, p.98, apud SORRENTINO et al., 2015, p.172).

Do acúmulo de experiências e conhecimentos construídos ao longo de sua história, nasceu o subprograma Alfabetização Ambientalista, parte integrante do Programa Oca em Ação⁹, em parceria com o Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE – PTECA¹⁰). Esta parceria ocorre por meio do Projeto “Assentamentos Agroecológicos”¹¹. Uma dimensão deste subprograma é a AAA, cuja equipe é composta por um grupo multidisciplinar de educadoras e educadores ambientais, envolvidos com a formação de formadores¹².

A experiência tem como principal objetivo apoiar a implementação de políticas públicas de transição para sociedades sustentáveis, com reforma agrária agroecológica, florestas, agricultura familiar, educação do campo e ambiental, bem como:

- Contribuir para a construção de territórios educadores sustentáveis;
- Promover ações enraizadas da educação ambiental popular junto aos movimentos sociais;

⁹ O Projeto Político Pedagógico da Oca é composto pelo *Programa de Gestão*, para as áreas de Administração, Comunicação e Educomunicação e Gestão Estratégica e pelo *Programa Oca em Ação* nas dimensões sobre Organização Comunitária e Ambientação Institucional, Estudar e Aprender, Articulação Institucional e Alfabetização Ambientalista (OCA, 2016).

¹⁰ <http://esalq.usp.br/nacepteca>

¹¹ Este Projeto é o resultado prático de um processo de articulação interinstitucional, envolvendo movimentos sociais de luta pela terra, a Universidade de São Paulo, empresas do setor florestal da região e órgãos públicos relacionados à questão agrária, para contribuir na transição para práticas agrícolas no campo, promotoras da biodiversidade e da vida.

¹² Refere-se à educação de sujeitos envolvidos em processos educadores em suas comunidades.

- Incentivar e apoiar a potência de agir na realização de intervenções socioambientais e agroecológicas contextualizadas em seus territórios.

3. Descrição e reflexão sobre a experiência

A descrição e reflexão sobre a experiência serão orientadas a partir de duas questões: “quais os marcos teóricos e principais referenciais bibliográficos acionados para a formação pedagógica?” e “quais são as áreas de atuação, ações e práticas?”.

O grupo Alfabetização Agroecológica Ambientalista busca alfabetizar pessoas na perspectiva socioambiental e agroecológica, a partir da construção de espaços de participação crítica e transformadora das realidades opressoras. A metodologia da AAA é composta por quatro processos formativos sincrônicos, a saber: *Educomunicação*, *Temática Problematizadora*, *Círculos de Cultura/Diálogo* e *Reforço da Leitura e Escrita*. Eles são sincrônicos, pois podem acontecer de forma simultânea durante o processo e não necessariamente nesta ordem de apresentação. A seguir serão apresentadas as definições dos conceitos que têm como referência principal o artigo *Alfabetização Agroecológica Ambientalista: interpretando e transformando o socioambiente local e global* (SORRENTINO, et al., 2015).

A *Educomunicação* tem o propósito de estimular, orientar e apoiar a comunicação individual e coletiva sobre a realidade socioambiental vivenciada. Nos processos educadores o sujeito não é visto como um receptor de informações. Ele assume o papel de editor e também emissor/comunicador sobre a sua realidade, sonhos e propostas, buscando sempre estabelecer vínculos de diálogo entre os interlocutores. Os conteúdos trabalhados podem gerar a produção de programas de rádio, vídeos, boletins e jornais, cartazes e faixas, murais e blogs eletrônicos, intervenções teatrais, entre outras atividades.

As *Temáticas Problematizadoras* trazem à tona os temas geradores que estão presentes na vida dos educandos, possibilitando que os mesmos criem e recriem significados para suas realidades. São definidas a partir do mapeamento e diagnóstico inicial da realidade vivida por uma comunidade e das análises de conjuntura e diálogos sobre seus sonhos e projetos perseguidos, permitindo que seja melhor compreendida e dessa forma se possa nela intervir. Os temas de estudos emergem da realidade socioambiental e busca-se, na literatura, nos vídeos, em palestras e em outras fontes de informação, elementos para ajudar a problematizar as temáticas e possibilitar a construção de soluções.

Os *Círculos de Cultura/Diálogo*, segundo Paulo Freire (2007), trazem a educação popular para o centro, rompendo radicalmente com a educação elitista, pois valorizam o conhecimento e os saberes que cada pessoa traz consigo. Na perspectiva de alfabetização como ato político e libertador, Freire fazia das salas de aula espaços de diálogos e debates, os chamados “Círculos de Cultura” em que os alfabetizados “aprendiam a ler as letras e o mundo e a escrever a palavra e também a sua própria história” (COUTO, 2007, p.62). Tais espaços para a realização dos círculos de cultura podem ocorrer em qualquer local (associações de moradores, sindicatos, clubes, igrejas, grupos de amigos, apenas para exemplificar), tendo como pré-requisito o compromisso interpretativo da realidade e a enunciação dos sonhos individuais e coletivos, para pactuar-se uma práxis educadora transformadora da realidade e dos próprios participantes do processo.

Como os temas e os processos acima descritos podem contribuir para o reforço da *Leitura e da Escrita*? Os três eixos anteriores interagem com este quarto, trazendo a dimensão do estudar e conhecer.

De forma complementar, os três eixos transversais compõem a metodologia geradora de ensino e aprendizagem, *Diagnóstico Socioambiental Participativo, Planejamento e Intervenção Participativos e Estruturas e Espaços Educadores Sustentáveis, Avaliação Permanente e Continuada*. Os eixos perpassam todo o processo formador e são realizados de forma independente. Busca-se por meio deles passar da ação reflexiva para a transformadora, a partir de um constante processo de percepção e aprendizado com a própria experiência.

Segundo Sorrentino et al. (2015), os diagnósticos participativos são momentos para investigar e compartilhar a leitura sobre a realidade local e, a partir desses elementos, construir coletivamente a compreensão sobre o território. Eles são as bases para que sejam construídas as atividades, o planejamento, as intervenções, as estruturas e os espaços educadores sustentáveis, que dialogam permanente e continuamente com as necessidades, problemas e desejos da comunidade.

Planejamento e intervenção, no âmbito da Alfabetização Agroecológica Ambientalista, significam “a intencionalidade educadora, mobilizadora e engajada para mediar o passado, presente e futuro, as ações e teorias, os desejos e as necessidades do contexto socioambiental e agroecológico das comunidades, para as tomadas de decisões” (SORRENTINO et al., 2015, p.185). Ressalta-se que o planejamento é feito por sujeitos que executam o mesmo, ou seja, ele é participativo, incremental e articulado, de modo a propiciar que os aprendizados sistematizados sirvam para seu constante aprimoramento. A partir do planejamento pode-se pensar na implantação participativa de estruturas e espaços educadores

experimentais, demonstrativos, na escola, nos acampamentos e assentamentos ou mesmo junto a instituições parceiras (SORRENTINO et al., 2015).

A avaliação, neste contexto, se caracteriza como um processo de ensino-aprendizagem que deve ser dialógico, continuado e permanente, presente em todas as atividades dos quatro processos formativos. Essa avaliação vai além dos resultados e produtos, pois também propicia a integração dos saberes e fazeres diversificados, busca a compreensão e apropriação da realidade por todos os envolvidos (SORRENTINO et al., 2015, p.185). Dessa forma, ela sempre alimentará o planejamento, novas ações e intervenções nas comunidades, com base nas reflexões feitas coletivamente, na sistematização, nos registros escritos e audiovisuais, sobre os caminhos já percorridos e sobre os que ainda serão trilhados.

Como processo educador, possui aporte referencial teórico de diversos autores, dentre os quais destacam-se as contribuições de: Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão no campo da educação popular; de Roseli Salete Caldart, na descrição e análise das lutas e práticas pedagógicas dos movimentos sociais do campo; de Isabel Cristina de Moura Carvalho, Moema Viezzer e Marcos Sorrentino no campo da educação ambiental; de Stephen R. Gliessman, Miguel Altieri e Luiz Carlos Pinheiro Machado em agroecologia; e de Enrique Leff, Leonardo Boff, André Gorz, Michel Bosquet e José A. Lutzenberger no campo do ambientalismo.

Sobre as áreas de atuação, ações e práticas, referente à segunda questão que anunciamos no início do presente texto, esta experiência tem realizado a construção compartilhada de processos formativos com movimentos sociais do campo, prioritariamente nos territórios do Extremo Sul e Costa do Descobrimento na Bahia, especialmente na área de atuação do Projeto *Assentamentos Agroecológicos*.

Esta área localiza-se numa região de importância máxima quanto à biodiversidade, por apresentar significativos fragmentos de Floresta Costeira Atlântica, consideradas áreas prioritárias para conservação. A sociobiodiversidade também é relevante com a presença de Povos e Comunidades Tradicionais como o Povo Indígena Pataxó, quilombolas, agricultores familiares e diversos movimentos sociais do campo (Movimento de Luta pela Terra - MLT; Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos - APRUNVE; Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura - FETAG; Frente dos Trabalhadores Livres – FTL; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, são alguns exemplos).

A entrada do monocultivo de eucalipto e o avanço do agronegócio na região trouxeram grandes mudanças na paisagem regional, principalmente pela alteração do uso da terra (ALMEIDA et al., 2008).

As ações da AAA concentraram-se, até o momento, na construção teórico-prática de uma metodologia que abrange a realidade do campo, integrando os princípios e estratégias da educação ambiental, educação popular e agroecologia. Ela foi construída a partir de encontros semanais de adensamento conceitual, oficinas e cursos, diagnósticos, planejamento, articulações institucionais, observação participante e acompanhamento presencial de processos agroecológicos em acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

Deste modo, foi possível colocá-la em prática com a realização de um curso de formação de formadores em 2015 para aproximadamente 40 educadores da Educação de Jovens e Adultos de escolas do campo da Bahia. E neste segundo semestre de 2016 estão em andamento duas turmas do “Curso de Formação de Formadores: Tecendo Saberes Agroecológicos”, com os seguintes objetivos:

1. Contribuir com a ampliação dos conhecimentos no campo agroecológico, junto às escolas e outras instituições;
2. Contribuir com o processo de transição agroecológica, por meio da formação de formadores, no âmbito de escolas e instituições atuantes neste território;
3. Fomentar a criação de vínculos, cooperação e colaboração entre os participantes do curso, no sentido de criar um coletivo educador com estudos e práticas em torno das temáticas: agroecologia, reforma agrária, bem viver e educação ambiental;
4. Contribuir para a ampliação da atuação dos participantes em políticas públicas no campo da agroecologia, reforma agrária, educação ambiental e educação do campo.

Os participantes são educadores e educadoras das escolas do campo, agricultores e agricultoras, lideranças comunitárias, agentes de saúde, técnicos do projeto e moradores das áreas de influência de assentamentos e pré assentamentos nas regiões de Prado, Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. O Curso vem sendo realizado com a metodologia da AAA que se utiliza, também, da pedagogia da alternância, intercalando os tempos de aprendizagem entre os ambientes escolar, comunitário, da família e do trabalho, numa valorização do campo e conexões históricas, ecológicas, culturais, políticas e econômicas, que propiciam a articulação da diversidade de saberes.

4. Diálogo com os princípios de Educação em Agroecologia

Os quatro princípios da Educação em Agroecologia, elaborados durante o I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, em julho de 2013, trazem os conceitos sobre *Vida*, *Diversidade*, *Complexidade* e *Transformação*. Serão apresentadas a seguir como essas

diretrizes estão sendo colocadas em prática, a partir da experiência da AAA, no contexto da Oca.

O princípio da *Complexidade* dialoga diretamente com as práticas e reflexões da AAA. A compreensão articulada entre a noção de escala, tempo e diversidade dos saberes culturalmente construídos só se torna possível dentro do paradigma da complexidade. Este paradigma apresenta-se como método para compreender as implicações e as interdependências das realidades socioambientais (PENA-VEGA; ALMEIDA, 1999). Segundo Morin (1983 apud PENA-VEGA; ALMEIDA, 1999, p.12), “não se trata de rejeitar completamente aos princípios do pensamento clássico (ordem, separabilidade e razão), mas de associá-los em um plano mais rico e abrangente”. A estrutura metodológica desenvolvida, que tem como base a horizontalidade e o diálogo, se mostra na prática como o pensamento complexo se apresenta. Ainda, os processos formadores sincrônicos e seus três eixos transversais, apresentados anteriormente, possibilitam a emergência de compreensões sobre a realidade de forma sistêmica e articulada.

A *Diversidade* se revela nesta experiência de muitas maneiras, desde a composição de sua equipe multidisciplinar das áreas das ciências humanas, biológicas e agrárias; a composição do público participante, por meio do alcance de diferentes atores do território e o desenvolvimento de conceitos sobre sistemas alimentares agrobiodiversos. Igualmente revela-se na diversidade metodológica, que tem por princípios processos que se moldam às necessidades emergentes, a partir das relações estabelecidas nos encontros presenciais e tempo comunidade.

Em *Educação como Prática da Liberdade*, Freire (2007, p.142) traz que “só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo.” A alfabetização como forma de leitura de mundo carrega em si esse potencial transformador. Ao construir uma proposta que se alimenta dos conceitos da agroecologia e do ambientalismo busca-se fortalecer o caminho da leitura e assim estabelecer sinergia com o princípio da *Transformação*. Segundo Sorrentino et al. (2015, p.287) “a urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade”. Na prática, este princípio se dá especialmente com propostas de mobilização e intervenção na realidade, como parte das ações dos cursos de formação, que se alicerçam em processos continuados, a partir de estratégias de criação de vínculos e articulação de políticas públicas no território.

Por fim, e não menos importante, o princípio *Vida*, expresso na gênese do grupo Alfabetização Agroecológica Ambientalista, que vem discutindo no âmbito da Oca processos de transição para sociedades sustentáveis. Esta transição almeja a proteção das comunidades de vida e diversas ações, entre elas, a atuação por meio de políticas públicas que possam intervir nas escalas locais e globais nesta direção.

As convergências entre as buscas por realização pessoal, melhoria de qualidade de vida e de condições existenciais para todos e o desenvolvimento econômico precisam ser enfrentadas por meio da integração das políticas públicas que permitam o adequado planejamento dos territórios. (SORRENTINO et al., 2015, p. 31)

Desta forma, este princípio está presente nas ações educadoras desenvolvidas em comunidades vulneráveis e em estados de injustiças sociais e em ações que buscam influenciar decisões nos territórios, no sentido de sociedades sustentáveis, com reforma agrária agroecológica, florestas biodiversas, agricultura familiar, educação do campo e ambiental.

5. Considerações finais

A atual crise socioambiental aponta para a necessidade da reorganização do pensamento para superar a racionalidade econômica e instrumental, que se mostra tão arraigada na sociedade. Processos educadores que fomentem o encontro entre a diversidade de sujeitos sociais constituem os fios do saber ambientalista agroecológico, de acordo com as condições multidimensionais do sócio agroecossistema. A *Oca* busca compreender, não isoladamente, mas de forma articulada com universidades, movimentos sociais, órgãos do governo e empresas, as implicações e as interdependências de cada realidade para a elaboração de processos de formação de formadores, a fim de superar os desafios postos. Nesse sentido, se sustenta e fortalece a proposta de uma alfabetização que respeite os diferentes saberes, partindo de temas que dizem respeito à história e aos modos de vida das pessoas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, T. D.; MOREAU, A. M. S. S., MOREAU, M. S., PIRES, M. D. M., FONTES, E. D. O., GÓES, L. M. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 20, n. 2, p. 5-18, 2008.

FRANCISCO, I. B. *Flore-ser utopia para transformação social: Alfabetização Agroecológica Ambientalista*. Trabalho de conclusão do curso. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Curso de Ciências Biológicas, 62p., 2015.

COUTO, S. O método Paulo Freire. In: *Alfabetização de jovens e adultos: manual do alfabetizador*. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Multimeios, 105p., 2007.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra. São Paulo, 157p., 2007.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 343p., 2001.

OCA. *Projeto Político Pedagógico do Laboratório de Educação e Política Ambiental*. Universidade de São Paulo – USP/Piracicaba. 62 p. 2016. Trabalho não publicado.

PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, E. P. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 204 p., 1999.

SORRENTINO, M. (org.) *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências*. Curitiba: Appris, Coleção ambientalismo, 499p, 2013.

SORRENTINO, M.; MORAES, F.C.; SILVA, L. F.; RAYMUNDO, M.H.A.; PORTUGAL, S.; CAPELLO, A. P. Alfabetização Agroecológica Ambientalista: interpretando e transformando o socioambiente local e global. In: *Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?* São Carlos (SP): Diagrama Editorial, p. 172-191, 2015.